

MAIS DE R\$ 1 BILHÃO EM FINANCIAMENTOS EM QUATRO ANOS.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA SÃO PAULO.

A Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista, instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo, alcançou, em apenas quatro anos, a marca de R\$ 1 bilhão em financiamentos para pequenas e médias empresas e prefeituras paulistas. Pouco tempo e muitas conquistas, que incluem também:

- Criação de linhas de crédito exclusivas para acessibilidade urbana e iluminação pública, com juros subsidiados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- Lançamento do programa de financiamento para Santas Casas, com taxa subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo.
- 72% dos financiamentos destinados para projetos de investimento e ampliação de negócios.
- Entrega dos primeiros caminhões do Programa Renova SP, que financia a compra de caminhões novos com juro zero, subsidiado pelo Governo do Estado de São Paulo.
- Mais de R\$ 32 milhões investidos em Economia Verde.
- Lançamento do programa de financiamento para o setor avícola, com garantias vinculadas ao crédito de ICMS.

DESENVOLVIMENTO QUE GERA ACESSIBILIDADE PARA TODOS.

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

Em 16/05/2013, foi publicada a alteração da razão social da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A para Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., conforme aprovação dos Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária de 04/03/2013, e autorização pelo Banco Central do Brasil, em 16/04/2013.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de recursos financeiros. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos governamentais;
- Orçamento estadual;
- Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 14/08/2013, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A Lei nº. 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº. 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010, alguns dos quais já foram revistos entre 2010 e 2012.

A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas; (g) evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis; (h) critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações, e (i) registro e evidênciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros, e (j) estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	30.06.2013	30.06.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.795	6.299
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	428	971
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.223	7.270

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H", sendo que os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

f) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições

g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Com o advento da lei nº 12.715 de 2012, a partir de janeiro de 2013, as agências de fomento ficam submetidas às regras de tributação aplicáveis aos bancos de desenvolvimento. Desta forma, a alíquota da contribuição social calculada sobre o lucro real passa de 9% para 15%.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13 c.

g2. Recolhimento do PIS e da COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

h) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	30.06.2013			30.06.2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	111.534	453.297	564.831	-	710.526	710.526
Cotas de Fundos de Renda Fixa	428	-	428	971	-	971
Total	111.962	453.297	565.259	971	710.526	711.497

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 30 de junho de 2013 e 2012, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	30.06.2013	30.06.2012
Financiamentos	419.409	234.188
Empréstimos	126.986	172.492
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	114.391	49.919
Total da Carteira de Crédito	660.786	456.599
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(34.788)	(11.826)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	625.998	444.773

c) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal	30.06.13								30.06.12		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vencidas	293.192	158.031	101.821	49.996	8.419	2.479	137	-	2.942	617.017	445.504
01 a 30	8.999	5.468	1.985	1.096	157	83	9	-	92	17.889	13.370
31 a 60	7.957	4.574	1.521	1.303	127	73	9	-	87	15.651	14.320
61 a 90	8.276	3.559	1.638	1.412	125	72	9	-	79	15.170	15.423
91 a 180	24.055	11.674	5.732	4.596	407	210	25	-	248	46.947	44.345
181 a 360	43.940	22.363	10.351	7.597	793	366	45	-	403	85.858	85.017
Acima de 360	199.965	110.393	80.594	33.992	6.810	1.675	40	-	2.033	435.502	273.029
Parcelas Vencidas	-	1.535	525	724	28	103	-	-	40	2.955	1.151
01 a 30	-	1.535	456	443	14	67	-	-	36	2.551	967
31 a 60	-	-	69	281	14	36	-	-	4	404	184
Subtotal	293.192	159.566	102.346	50.720	8.447	2.582	137	-	2.982	619.972	446.655

Operações em Curso Anormal	30.06.13								30.06.12		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vencidas	-	-	-	3.669	945	4.221	3.092	10.393	5.948	28.268	4.728
01 a 30	-	-	-	75	24	159	216	248	360	1.082	644
31 a 60	-	-	-	76	23	149	227	248	112	835	458
61 a 90	-	-	-	77	24	151	212	131	230	825	349
91 a 180	-	-	-	229	72	438	531	743	685	2.698	949
181 a 360	-	-	-	458	143	581	996	1.483	1.212	4.873	1.109
Acima de 360	-	-	-	2.754	659	2.743	910	7.540	3.349	17.955	1.219
Parcelas Vencidas	-	-	-	207	155	654	1.221	2.009	8.300	12.546	5.216
01 a 30	-	-	-	44	25	129	217	248	116	779	616
31 a 60	-	-	-	-	25	137	232	248	287	929	544
61 a 90	-	-	-	11	58	140	247	248	282	986	499
91 a 180	-	-	-	152	47	204	525	512	2.113	3.553	1.663
181 a 360	-	-	-	-	-	44	-	753	5.117	5.914	1.894
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	385	385	-
Subtotal	-	-	-	3.876	1.100	4.875	4.313	12.402	14.248	40.814	9.944
Total	293.192	159.566	102.346	54.596	9.547	7.457	4.450	12.402	17.230	660.786	456.599

d) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2013	%	30.06.2012	%
Setor Público	119.118	18%	52.690	12%
Administração Direta	119.118	18%	52.690	12%
Setor Privado	541.668	82%	403.909	88%
Indústria	356.354	54%	258.382	56%
Outros serviços	144.614	22%	94.303	21%
Comércio	35.536	5%	51.224	11%
Pessoa física	5.164	1%	-	-
Total	660.786	100%	456.599	100%

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

	30.06.2013		30.06.2012	
Nível de Risco	% Provisão	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações
AA	-	293.192	-	258.675
A	0,5	159.566	798	125.980
B	1,0	102.346	1.023	35.169
C	3,0	54.596	1.638	20.841
D	10,0	9.547	955	914
E	30,0	7.457	2.237	5.208
F	50,0	4.450	2.225	2.492
G	70,0	12.402	8.682	-
H	100,0	17.230	17.230	7.320
Total		660.786	34.788	456.599

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30.06.2013	30.06.2012
Saldo Inicial	19.776	5.397
Créditos baixados para prejuízo	(5.016)	-
Provisão constituída	20.028	6.429
Saldo Final	34.788	11.826

g) Informações complementares

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Créditos renegociados ^(a)	26.716	12.096
Créditos baixados para prejuízo	5.016	-

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Outros créditos

	30.06.2013	30.06.2012
Créditos a receber ^(a)	20.167	-
Créditos tributários (Nota 13c)	18.552	4.964
Adiantamentos para despesas	458	370
Devedores diversos	219	664
Impostos e contribuições a compensar	-	2.802
Total	39.396	8.800

(a) Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, pendentes de liquidação financeira (Nota 18).

8 - Depósitos vinculados

	30.06.2013	30.06.2012
Garantias de operações de crédito ^(a)	941	4.857
Garantias de fornecedores	160	160
Total	1.101	

APOIAR O EMPRESÁRIO É O NOSSO NEGÓCIO.

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 (Em milhares de Reais)

12 - Patrimônio líquido
a) Capital social
Em 30 de junho de 2013 e 2012, o capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2011, os membros deliberaram que, a partir de 2011 até a sua revogação, ocorrerá a distribuição de 100% do lucro líquido após destinações previstas em Lei, observado o limite máximo da distribuição sob a forma de juros sobre o capital próprio, estabelecido pela legislação, e o restante na forma de dividendos. No 1º semestre de 2012, foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos. No 1º semestre de 2013, houve provisionamento de juros sobre o capital próprio para futura distribuição.

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Juros sobre o capital próprio	6.920	13.936
Dividendos	-	3.868
Total	6.920	17.804

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital próprio são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Lucro por ação

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Lucro líquido do período	8.967	22.972
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,00897	0,02297

d) Reserva legal
A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13 - Imposto de renda e contribuição social
a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Despesa de imposto de renda	(5.501)	(6.112)
Despesa de contribuição social	(3.313)	(2.207)
Ativo fiscal diferido	9.501	3.117
Total	687	(5.202)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.091	29.087
Participação dos empregados	(811)	(913)
Resultado após a participação dos empregados	8.280	28.174
Encargo total do IR à alíquota de 25% e CSLL às alíquotas de 9% em 2012 e 15% em 2013 (Nota 4-g1).	(3.312)	(9.579)

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:

Provisões para despesas administrativas	-	(900)
Contribuições a entidades de classe	(37)	(27)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.012)	(2.217)
Gratificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(133)	(138)
Multas	(1)	(1)
Outras adições	(233)	(248)
Outras exclusões	137	45
Total dos ajustes	(8.279)	(3.486)

Prorrogação de licença maternidade	3	3
Incentivos fiscais - PAT	6	5
Juros sobre capital próprio	2.768	4.738
Imposto de Renda e CSLL	(8.814)	(8.319)
Ativo fiscal diferido	9.501	3.117
Despesa de IR e CSLL	687	(5.202)

c) Créditos tributários
Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado abaixo:

Diferenças Temporárias	31.12.2012	Alteração de alíquota (Nota 4-g1)	Baixa	Constituição	30.06.2013	30.06.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.959	1.581	-	8.012	18.552	4.064
Provisões para despesas administrativas	92	16	(108)	-	-	900
Total	9.051	1.597	(108)	8.012	18.552	4.964

Os créditos decorrentes da provisão com despesas administrativas serão realizados pelo pagamento dessas despesas, enquanto os créditos relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa serão realizados mediante a ocorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação.

A expectativa de realização dos créditos relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	2016	Total
Valor nominal	2.348	3.808	6.553	5.843	18.552
Valor presente	2.256	3.350	5.277	4.317	15.200

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários. No período, não foram gerados créditos tributários não ativados.

14 - Limites operacionais
O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou as Resoluções nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente. Em 30/06/2013, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 752,2 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basileia apurado é de 112%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.

15 - Transações com partes relacionadas
A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Por meio de Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito, a Instituição beneficia-se do uso de imóvel pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para desempenho de suas atividades.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	1º Semestre/2013	1º Semestre/2012
Benefícios de Curto Prazo		
Diretoria	1.047	920
Conselho de Administração	326	424
Conselho Fiscal	131	113
Comitê de Auditoria	82	-
Total	1.586	1.457

16 - Contingências
A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas. Não há contingências passivas classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.

17 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos
Na Instituição, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos está disponível no endereço http://www.desenvolvesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da Instituição.

a) Risco Operacional
A Política de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu metodologias, responsabilidades e padrões adequados para a gestão do risco operacional, norteando a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados pela instituição.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno. Baseado nas diversas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

3 - Recomendações apresentadas à diretoria
O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição com o fito de aperfeiçoar as práticas adotadas de avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas.

4 - Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna
O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, a partir de 25 de abril de 2013 – data da posse de seus membros – quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos desta data até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Instituição e auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2013.

5 - Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações

O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores, a divulgação de Manuais de Normas e Procedimentos internos e as melhorias promovidas nas áreas da Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional. No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância aos critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.383, de 30 de abril 2008. Para esse cálculo, a Instituição optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado
A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado. O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco de Crédito
A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco. O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular Bacen nº 3.360, de 12 de setembro de 2007.

d) Risco de Liquidez
Em dezembro de 2012, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, que instituiu metodologias e responsabilidades para o efetivo controle de liquidez da instituição. Foi aprovado, também, o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital
Em junho de 2012, foi aprovada, pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Capital, que inclui o Plano de Capital. O Plano de Capital abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

f) Relatório de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à Adequação do Patrimônio de Referência (PR)
Os Relatórios de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à Adequação do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no endereço http://www.desenvolvesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da instituição.

18 - Evento Subsequente
Leilão de Créditos de ICMS
Em 04/07/2013, foi realizada sessão pública para alienação de direitos sobre créditos acumulados de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito (Notas 7.a e 10.c), em lote único e com deságio limitado a 8%.

A vencedora do certame foi a empresa AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. (AMBEV), com a proposta de 3,99% de deságio, portanto abaixo do limite estabelecido, resultando no valor de R\$ 19.362 para a alienação dos créditos, com liquidação financeira em 12/08/2013. A operação teve a assessoria técnica e o apoio operacional e consultivo da BM&FBovespa.

Diretoria	
Milton Luiz de Melo Santos Paulo Roberto Penachio	Claudio de Oliveira Torres Julio Themes Neto
Lucivaldo Pereira Lima - Contador - CRC 1SP258038/O-1	

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN e ao estatuto social da Instituição, tendo os seus 3 (três) membros efetivos, sem mandato fixo, tomado posse formalmente na reunião de 25 de abril de 2013 do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o referido conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia do sistema de controles interno e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

1 - Atividades realizadas no período
O Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente 4 (quatro) vezes desde a data de sua constituição, realizando 29 (vinte e nove) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios. Essas reuniões envolveram diretores, superintendentes e gerentes da instituição. O Relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião de 20 de agosto de 2013. As atas de reuniões e o referido relatório são encaminhados regularmente ao Conselho de Administração.

2 - Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno
A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, de procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2013, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de agosto de 2013.

CARLOS HENRIQUE FLORY
Conselheiro

HUMBERTO BAPTISTELLA FILHO
Conselheiro

NEIDE SARACENI HAHN
Conselheira

TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA
Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demons-

trações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0